



IN-HOUSE TALKS

CMS PORTUGAL CONVIDA ESPECIALISTAS PARA DEBATER O INVESTIMENTO NA ÁFRICA LUSÓFONA EM 2025

Numa parceria com o ECO/Advocatus, a CMS Portugal organizou mais uma edição de "In-House Talks", num almoço que decorreu na sede dos escritórios, na Rua Castilho, em Lisboa.



Em parceria com o ECO/Advocatus, a CMS Portugal organizou a terceira edição das “In-House Talks”, dedicada ao tema: “O investimento na África Lusófona em 2025”, num almoço que contou com a presença, da parte da sociedade de advogados, do *Managing Partner*, José Luís Arnaut, dos Sócios da Área de Prática de África Lusófona, Alberto Galhardo Simões, Nuno Alves Mansilha, Tiago Machado Graça e da *counsel* Joana Brito Paulo. Da parte do ECO esteve presente Shriakesh Laxmidas, diretor adjunto do ECO.

Para o evento, foram convidados Filipe Pereira Coelho: *General Counsel* da Secil, Joana Pinto, *Head of Legal* Portugal da Accenture, Pedro Pinto Ferreira, CEO da Domínio Capital e Frederico Costa, COO Pestana Hotel Group.





// Branded Content

"SÃO VÁRIOS OS PROJETOS DE GRANDE DIMENSÃO EM CURSO E QUE TRADUZEM O ESFORÇO DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA"

A *Advocatus* esteve à conversa com os Sócios da Área de Prática de África Lusófona da CMS Portugal, Alberto Galhardo Simões, Nuno Alves Mansilha e Tiago Machado Graça, sobre vários temas relacionados com a atualidade, entre os quais, o que esperar em termos de investimentos nos próximos tempos, os projetos de infraestruturas em *pipeline*, o programa de privatizações em Angola e a evolução da Área de Prática de África Lusófona da CMS Portugal.

TEXTO **ADVOCATUS**

FOTOGRAFIAS **HENRIQUE CASINHAS**

AGS: O que podemos esperar em termos de investimentos neste final de ano e em 2025, especialmente em Angola?

Apesar do setor petrolífero continuar a ser central na economia angolana e a atrair uma grande parte do investimento, as energias renováveis, mineração, infraestruturas, agricultura e tecnologia vão assumindo a sua importância e têm previstos no curto prazo alguns investimentos interessantes. São exemplos os projetos de energia solar desenvolvidos pela Sun Africa e pela Total Energies; a ampliação das operações da fábrica de gás natural liquefeito, por forma a aumentar a capacidade de exportação; o projeto de ampliação do Porto de Luanda; a reabilitação ferroviária, com o projeto do Corredor do Lobito à cabeça das prioridades. Existem ainda vários projetos de construção e modernização das infraes-

truturas rodoviárias, com o envolvimento de investidores estrangeiros; de mineração nas Províncias da Lunda Norte (diamantes) e Cuanza Sul (cobre); de produção de cevada e lúpulo para a indústria cervejeira e de milho e soja para a indústria alimentar e pecuária.

NAM: A nível de infraestruturas tem sido feito um grande investimento em Angola, com o Corredor do Lobito como imagem de marca. Que importância pode ser atribuída a este projeto?

Analisaria a importância do projeto sob dois prismas: De um ponto de vista económico, o Corredor ligará Angola à República Democrática do Congo e da Zâmbia por ferrovia, o que abrirá uma via importante de transporte de minérios diretamente até ao Porto do Lobito. São mais de 1.300kms de ferrovia no território angolano, o que permitirá servir a região e contribuir para o desenvolvimento do comércio inter-regional. Naturalmente que

se espera que o Corredor possa potenciar o aparecimento de polos industriais periféricos, em setores como a agricultura, logística e transformação. A nível geoestratégico (e político), o Corredor poderá ser uma porta de saída de minério para o comércio transatlântico, o que não deixa de merecer uma leitura atenta. É preciso não esquecer que o projeto do Corredor tem financiamento dos EUA, o que reflete um posicionamento diferente de Angola comparativamente com a última década, em que a prioridade estava claramente mais virada para o Oriente.

NAM: Que outros projetos são dignos de serem realçados?

São vários os projetos de grande dimensão em curso e que traduzem o esforço de diversificação da economia. Desde logo, é evidente o investimento no setor portuário, que é crucial para animar o setor das exportações. Há projetos de modernização de terminais

portuários no Porto de Luanda, Porto do Lobito, Barra do Dande e Namibe. Estes projetos foram acompanhados de novas concessões a players internacionais com muito know-how e capacidade de investimento. Depois, há uma tendência de criação de valor acrescentado nas commodities mineiras, agregando criação de valor à matéria prima. Isto tem sido conseguido, por exemplo, através do investimento na criação de polos industriais setoriais e fomento de indústrias transformadoras. No setor aeroportuário, o novo aeroporto internacional de Luanda está

concluído. É agora necessário que seja operacionalizado corretamente para que tenha possibilidade de se tornar o hub regional que Angola ambiciona. Por fim, destacaria a construção da Barragem de Caculo Cabaça onde os trabalhos estão muito avançados. A barragem vai gerar mais de 2.000 megawatts, o que é muito significativo. É preciso notar que o setor petrolífero representa ainda mais de 90% das exportações e mais de 60% das receitas fiscais do país. Há potencial para que estes grandes projetos mitiguem este impacto e posicionem Angola de forma diferente.

“É evidente o investimento no setor portuário, que é crucial para animar o setor das exportações. Há projetos de modernização de terminais portuários no Porto de Luanda, Porto do Lobito, Barra do Dande e Namibe.”

AGS: Temos assistido a um grande número de investimentos no setor das energias renováveis, nomeadamente em Angola. São projetos com futuro?

Sem dúvida. O défice infraestrutural em África e principalmente na África Subsariana é enorme. Se associarmos estas carências aos objetivos de transição energética, já se pode realizar que a melhoria das infraestruturas no setor da energia renovável é uma grande aposta de todos os países lusófonos. Em Angola, por exemplo, o Governo definiu objetivos muito ambiciosos em matéria de energias renováveis e tem havido um efetivo esforço nesse sentido. Bem representativo foi a assinatura de um contrato de quase USD 2 bilhões em 2023, destinado a desenvolver, construir e financiar inúmeros projetos de energia solar, mini redes e purificação de água em diversas províncias Angolanas. Foi para nós um grande privilégio assessorar o nosso cliente Sun Africa numa operação de tamanha importância para Angola e para os Angolanos, com um impacto real e signifi-



50

ESPECIAL

// *Branded Content*

cativo na vida e melhoria do bem-estar das populações locais e tão em linha com os objetivos traçados relativos à transição energética.

AGS: Ainda em Angola, e falando em privatizações, muito tem sido feito nos últimos anos no âmbito do PROPRIV. O que podemos esperar até 2026?

O PROPRIV foi lançado em 2019 com o objetivo de concretizar a privatização de 178 ativos detidos direta ou indiretamente pelo Estado Angolano. Os ativos abrangem um grande número de sectores, e incluem desde participações em unidades industriais estabelecidas em zonas económicas especiais até participações em empresas de aviação, cervejeiras, bancos, seguradoras, telecomunicações, construção e têxtil. Incluem também empresas de grande dimensão em Angola - a Sonangol (petróleo e gás) e a Endiama (diamantes). A pandemia e o contexto macroeconómico difícil que dela resultou, que se prolongou até finais de 2022, colocaram dificuldades ao programa, o que causou atrasos. Assim, em 2023, o Governo Angolano decidiu prolongar o PROPRIV até 2026 e adicionar novos ativos. Até à data foram concluídas 109 privatizações, sendo que ainda em 2024 está previsto que as participações do Estado na ENSA, Bodiva e Standard Bank sejam privatizadas por Oferta Pública Inicial (OPI) na bolsa de valores. Em 2025, antecipase um total de 19 ativos a privatizar, embora não nos pareça que as grandes empresas públicas Angolanas (como sejam a Sonangol e Endiama) sejam privatizadas antes de 2026.

TMG: Em que áreas é ainda possível o investimento de empresas portuguesas em Angola?

As empresas portuguesas têm tido um papel essencial no desenvolvimento do tecido empresarial angolano, através de parcerias estratégicas para o desenvolvimento de negócios nas mais diversas áreas de atividade. Portugal é um dos principais fornecedores de bens e serviços, e historicamente as empresas portuguesas das áreas da construção, turismo, serviços gerais, engenharia, transportes, distribuição e sector alimentar, têm estado presentes. Diríamos que o grande desafio para os próximos anos é o aproximar da vontade do Governo pelo desenvolvimento e diversificação da economia, com a vontade das empresas portuguesas continuarem a ter em Angola o mercado de excelência para a internacionalização. Acreditamos que o caminho deverá ser um misto entre o reforço das parcerias estratégicas,



nomeadamente no âmbito de investimentos portugueses no plano de privatizações referido supra e um reforço da presença local através do desenvolvimento do sector industrial e da transformação, participando na mudança de uma economia importadora para uma economia de produção interna e exportadora.

TMG: De que outras nacionalidades, e em que áreas, a equipa tem prestado assessoria na África lusófona?

O acumulado de anos de experiência dos advogados que compõem a nossa equipa permite uma rede de contactos quase global. O papel de pivot que desempenhamos no âmbito da

“As empresas portuguesas têm tido um papel essencial no desenvolvimento do tecido empresarial angolano, através de parcerias estratégicas para o desenvolvimento de negócios nas mais diversas áreas de atividade.”



CMS para temas relacionados com a África lusófona abre-nos a porta a projetos muito interessantes de clientes de origem muito variada. Salientamos o Reino Unido, França, Itália, Malásia, Singapura e Noruega na área do Petróleo e Gás; EUA essencialmente na área da Energia e dos serviços financeiros; Espanha, Brasil, Polónia na área da construção e obras públicas; Turquia, Áustria, Alemanha, Emirados Árabes Unidos e Holanda em áreas muito diversas como os serviços financeiros, a indústria, o comércio, a engenharia e o sector do turismo. A presença da CMS em vários países africanos tem-nos igualmente dado acesso a clientes pan-africanos com origem, por exemplo, na África do Sul, Kenya, Egipto e Marrocos, para trabalhos no sector das telecomunicações, serviços financeiros, imobiliário e indústria.

AGS: A última vez que estivemos à conversa foi em 2021, pelo que pergunto como tem evoluído a Área de Prática de África Lusófona da CMS, desde esse momento?

A evolução tem superado muito as expectativas. Sem exceção, temos crescido desde o início a um ritmo muito acelerado, sempre superior a 2 dígitos, incluindo durante o período da pandemia. Penso que isso se ficou a dever em larga medida à tecnologia, que nos permitiu continuar a assessorar os nossos clientes, e à boa equipa que temos em Portugal e nas geografias lusófonas, que continuou a atuar de forma muito integrada. E é este o facto de que mais me orgulho: o facto de termos crescido em várias geografias atuando como uma única equipa. Independentemente da matéria, da complexidade ou da jurisdição,

sabemos (e, mais importante ainda, os nossos clientes sabem) que estamos todos disponíveis para nos apoiarmos mutuamente e trabalharmos para prestar aos nossos clientes os serviços de excelência a que estão habituados. Olhando para o futuro, acreditamos que esta é a melhor garantia de que esta equipa continuará a crescer nos próximos anos. Também fundamental para o nosso crescimento foi – e continua a ser – a integração no universo CMS e o investimento da CMS no continente Africano. África assume, cada vez mais, um foco estratégico para a CMS, e prova disso tem sido a expansão que tem tido, com as recentes adesões de Moçambique e Maurícias, sendo que se espera para muito breve a integração da Nigéria e de outras geografias africanas. ■